



IBERSOL – S.G.P.S., S.A.

Sociedade Aberta

Sede: Praça do Bom Sucesso 105/159-9º andar - Porto

Contribuinte N° 501.669.477

Matriculada na Cons. Reg. Com. Porto sob o N° 51.117

Capital Social: 20.000.000 Euros

Relatório e Contas

Consolidados

1º Semestre 2007

1 - ACTIVIDADE

O **volume de negócios** consolidado no 1º semestre de 2007 atingiu os 93,7 milhões de euros o que representa um crescimento de 34,4% face ao período homólogo do ano passado.

Desde já é conveniente registar que a base de comparação sofreu alterações significativas no 2º semestre do ano transacto com as aquisições dos negócios da Burger King (em Espanha) e do Catering. No mesmo perímetro de consolidação do 1º semestre de 2006 o volume de negócios foi de 75,5 milhões de euros, representando um crescimento de 8,3%.

As **ventas de restauração** registaram um crescimento de 34,5% e repartiram-se da forma seguinte:

VENDAS	milhões euros	Variação 07/06
Pizza Hut	28.69	10.1%
Pans/Bocatta	9.74	6.7%
KFC	3.61	-1.3%
Burger King	5.32	21.4%
Pasta Caffé (Portugal)	3.96	3.5%
O`Kilo	2.95	-17.2%
Quiosques	1.52	0.2%
Café Sô	2.13	5.3%
PAPÀki	0.27	1.7%
Cantina Mariachi	0.18	-4.0%
Arroz Maria	0.16	-10.8%
Sugestões e Opções e JSCC	3.73	
Outros	3.25	12.8%
Portugal	65.53	13.6%
Pizza Móvil	9.38	12.8%
Pasta Caffé (Espanha)	1.23	11.0%
Espanha (Sem Burger King)	10.60	12.6%
Burger King Espanha	14.09	
Total Restauração (sem BK Espanha)	76.13	13.5%
Total Restauração	90.22	34.5%

A Pizza Hut confirmou a tendência de crescimento evidenciada no 2º semestre de 2006. O reforço do investimento em marketing através de campanhas mais agressivas em simultâneo com o bem sucedido lançamento da Pizza Chessy Bites permitiu que a marca tenha encerrado o semestre com um crescimento superior a 10%.

A Burger King manteve o reforço da sua quota de mercado e a Pans que teve uma excelente recuperação de quotas no ano passado desacelerou o crescimento, contudo ainda registou um crescimento de vendas a rondar os 7%.

O aumento de competitividade nos *food courts*, especialmente no segmento de balcões, tem prejudicado a recuperação de vendas da KFC e a manutenção da estratégia de preços e qualidade do O`kilo. Nos últimos meses a KFC começou a apresentar sinais muito positivos de crescimento que deverão manter-se, excepto se perturbado por um ressurgimento de notícias da “gripe das aves”. No final do 2ª trimestre, o O`kilo com o objectivo de uma adaptação do conceito à nova realidade dos mercados onde está inserido, iniciou um teste de alteração e comunicação da sua gama de vendas cujos resultados estão a ser medidos e avaliados neste trimestre.

Num semestre ainda bastante favorável ao consumo em Espanha, tanto a Pizza Móvil como a Pasta Caffé, apresentaram crescimentos bastante interessantes. A actividade da Burger King em Espanha situou-se de acordo com as nossas expectativas.

Conscientes da responsabilidade que um operador de restauração da nossa dimensão tem no que respeita à qualidade nutricional e segurança alimentar das refeições que os portugueses tomam fora de casa a Ibersol lançou o programa **“Viva Bem”** através do qual pretende informar e formar os consumidores a fazerem as escolhas mais adequadas na realização duma refeição equilibrada.

Durante o semestre o grupo prosseguiu o seu plano de expansão e abriu 12 unidades próprias tendo no entanto encerrado 9, conforme se detalha, por conceito, no quadro seguinte.

Nº Unidades	2006	2007		30-Jun
	31-Dez	Aberturas	Encerramentos	
PORTUGAL	271	11	7	275
Próprias	266	11	5	272
Pizza Hut	90	1	3	88
Okilo	21		2	19
Pans	45	3		48
Burger King	20	3		23
KFC	16			16
Pasta Caffé	19			19
Quiosques	11			11
PapÀki	5			5
Cantina Mariachi	2			2
Arroz María	1			1
Cafetarias	14	2		16
Sugestões e Opções e JSCC	9			9
Outros	13	2		15
Franquiadas	5		2	3
ESPANHA	113	4	4	113
Próprias	90	1	4	87
Pizza Móvil	51	1	4	48
Pasta Caffé	8			8
Burger King	31			31
Franquiadas	23	3	0	26
Pizza Móvil	20	3		23
Pasta Caffé	3			3
Total Próprias	356	12	9	359
Total Franquiadas	28	3	2	29
TOTAL	384	15	11	388

Nas aberturas salientam-se duas unidades da concessão no Aeroporto dos Açores que não produziu efeito significativo nas vendas, dado a transmissão da concessão ter ocorrido durante o mês de Junho.

Já no 2º semestre o Grupo realizou a abertura de mais 5 unidades: duas no Terminal 2 do Aeroporto de Lisboa, duas “Sol” em Vouzela e uma Pizza Móvil.

2- RESULTADOS

Apesar de uma alteração significativa no *mix* de vendas, por efeito das aquisições, foi possível manter a **margem bruta** em 77,1% do volume de negócios, atingindo o montante de 72,3 milhões de euros.

A margem **EBITDA** consolidada atingiu 13,4 milhões de euros, representando 14,3% do volume de negócios, correspondendo a um crescimento de quase 4,8% em relação a igual período de 2006. No entanto, o ano passado o grupo incorreu em custos relacionados com a OPA lançada sobre a Tele Pizza, pelo que corrigido este efeito o EBITDA teria crescido cerca de 33%, isto é, próximo do crescimento das vendas.

A margem **EBIT** consolidada atingiu os 8,8 milhões de euros, representando 9,4% do volume de negócios, o que corresponde a crescimento de quase 50% face ao mesmo período do ano passado.

Decorrente dos investimentos efectuados durante 2006 e do conseqüente aumento do endividamento, o **resultado financeiro** foi negativo em 1,96 milhões de euros, que compara com um resultado negativo de 329 mil euros no final do 1º semestre de 2006.

O **resultado líquido consolidado** do primeiro semestre atingiu o valor de 4,94 milhões de euros, evidenciando um crescimento de 26,4% face ao mesmo período de 2006, passando a representar 5,3% do volume de negócios.

O resultado líquido imputável ao Grupo atingiu o valor de 4,91 milhões de euros, que compara com 3,74 milhões de euros registado no 1º semestre de 2006.

O *cash flow* gerado superou os 9,5 milhões de euros, representando 10,2% das vendas, que se traduz num crescimento de 25%.

3- SITUAÇÃO FINANCEIRA

O **investimento** ascendeu a cerca de 6 milhões de euros correspondendo quase na totalidade à aquisição dos activos para as novas unidades.

A **dívida líquida** remunerada diminuiu para 71,6 milhões de euros, sendo aproximadamente 7 milhões de euros inferior à do final do exercício de 2006.

O **Activo Total** sofreu um acréscimo de cerca de 2 milhões de euros e ascendeu a 193,1 milhões de euros.

O **Capital Próprio**, no final do semestre, era de 64,0 milhões de euros reflectindo uma variação equivalente ao resultado do período e à distribuição de dividendos.

No termo do semestre a sociedade detinha 1.761.859 **acções próprias**, representativas de 8,8% do capital, que estavam registadas pelo montante de 8.508.124 euros correspondente a um valor médio de aquisição de 4,83 euros.

No final do semestre, a autonomia financeira era de 33% sendo o rácio de cobertura dos encargos financeiros de 7.

4 - PERSPECTIVAS

A sociedade perspectiva que a tendência verificada no 1º semestre possa manter-se até ao final do ano, pese embora nos últimos meses venha a acentuar-se um forte movimento de pressão sobre o preço das principais matérias-primas.

No que concerne à expansão prevemos que até ao final do ano possamos inaugurar mais seis unidades nas auto-estradas, totalizando dez unidades abertas de um programa de vinte e oito. Para além destas unidades e a cumprir-se a abertura de alguns *Shoppings* já anunciados podemos concretizar ainda mais doze aberturas.

Porto, 17 de Setembro de 2006

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

António Alberto Guerra Leal Teixeira

António Carlos Vaz Pinto de Sousa

Juan Carlos Vázquez-Dodero

Ibersol S.G.P.S., S.A.

Demonstrações Financeiras Consolidadas

30 de Junho de 2007

Índice às Demonstrações Financeiras Consolidadas

Nota	Página	Nota	Página
Balanços Consolidados a 30 de Junho de 2007 e 31 de Dezembro de 2006	3	5 Informações relativas às empresas incluídas na consolidação e outras	17
Demonstrações Consolidadas dos Resultados do 1º Semestre	4	6 Informação por segmentos	20
Demonstrações Consolidadas dos Resultados do 2º Trimestre	5	7 Factos não usuais e não recorrentes e sazonalidade	21
Demonstrações das alterações no capital próprio consolidado	6	8 Activos fixos tangíveis	21
Demonstrações Consolidadas dos Fluxos de Caixa	7	9 Activos intangíveis	22
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas	8	10 Activos financeiros disponíveis para venda	24
1 Nota introdutória	8	11 Outros activos não correntes	24
2 Principais políticas contabilísticas:		12 Existências	24
2.1 Base de preparação	8	13 Caixa e equivalentes de caixa	25
2.2 Consolidação	8	14 Outros activos correntes	25
2.3 Relato por segmentos	9	15 Capital social	26
2.4 Activos Fixos Tangíveis	9	16 Empréstimos	26
2.5 Activos Intangíveis	10	17 Impostos diferidos	27
2.6 Imparidade de activos	11	18 Provisões para riscos e encargos	28
2.7 Investimentos Financeiros	12	19 Outros passivos não correntes	28
2.8 Existências	13	20 Contas a pagar a fornecedores e acréscimos de custos	28
2.9 Contas a receber de clientes e outros devedores	13	21 Outros passivos correntes	29
2.10 Caixa e equivalentes de caixa	13	22 Imposto sobre o rendimento	29
2.11 Capital social	13	23 Resultado por acção	29
2.12 Empréstimos Obtidos	14	24 Dividendos	30
2.13 Impostos Diferidos	14	25 Contingências	30
2.14 Provisões	14	26 Compromissos	30
2.15 Reconhecimento do Rédito	14	27 Eventos subsequentes	31
2.16 Locações	15	28 Aprovação das demonstrações financeiras	31
2.17 Distribuição de dividendos	15		
2.18 Conversão cambial	15		
3 Gestão do risco financeiro	16		
4 Estimativas contabilísticas importantes e julgamentos	16		

IBERSOL S.G.P.S., S.A.
BALANÇOS CONSOLIDADOS EM 30 DE JUNHO DE 2007 e 31 DE DEZEMBRO DE 2006
 (valores em euros)

ACTIVO	Notas	30-06-2007	31-12-2006
Não corrente			
Activos Fixos Tangíveis	2.4 e 8	104.314.433	102.357.153
Diferenças de consolidação	2.5 e 9	43.533.254	41.385.514
Activos Intangíveis	2.5 e 9	19.239.102	19.214.769
Impostos diferidos activos	2.13 e 17	1.709.619	1.520.232
Activos financeiros disponíveis para venda	2.7 e 10	436.085	1.584.712
Outros activos não correntes	2.9 e 11	688.128	677.631
Total de activos não correntes		169.920.621	166.740.011
Corrente			
Existências	2.8 e 12	3.471.145	3.536.137
Caixa e equivalentes de caixa	2.10 e 13	7.383.991	6.414.840
Outros activos correntes	2.9 e 14	12.347.440	14.942.766
Total de activos correntes		23.202.576	24.893.743
Total do Activo		193.123.197	191.633.754
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital e reservas atribuíveis aos detentores do capital			
Capital Social	2.11 e 15	20.000.000	20.000.000
Ações próprias	2.11 e 15	-8.508.125	-8.462.090
Diferenças de consolidação		156.296	156.296
Reservas e resultados transitados	15	43.299.663	33.371.728
Resultado líquido do exercício		4.910.233	10.865.925
		59.858.067	55.931.859
Interesses minoritários	5.3	4.183.894	4.158.288
Total do Capital Próprio		64.041.961	60.090.147
PASSIVO			
Não corrente			
Empréstimos	2.12 e 16	25.445.495	33.145.556
Impostos diferidos passivos	2.13 e 17	7.252.505	6.713.309
Provisões para outros riscos e encargos	2.14 e 18	187.699	187.699
Outros passivos não correntes	19	4.084.787	4.527.968
Total de passivos não correntes		36.970.486	44.574.532
Corrente			
Empréstimos	2.12 e 16	48.331.539	47.144.959
Contas a pagar a fornecedores e acréscimos de custos	20	32.744.903	31.761.180
Outros passivos correntes	21	11.034.308	8.062.937
Total de passivos correntes		92.110.750	86.969.076
Total do Passivo		129.081.236	131.543.607
Total do Capital Próprio e Passivo		193.123.197	191.633.754

O Conselho de Administração,

IBERSOL S.G.P.S., S.A.
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS POR NATUREZAS
PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO de 2007 E 2006
(valores em euros)

	<u>Notas</u>	<u>30-06-2007</u>	<u>30-06-2006</u>
Proveitos operacionais			
Vendas	2.15 e 6	92.411.214	69.012.343
Prestações de serviços	2.15 e 6	1.288.482	680.451
Outros proveitos operacionais		<u>940.693</u>	<u>1.450.840</u>
Total de proveitos operacionais		<u>94.640.389</u>	<u>71.143.634</u>
Custos Operacionais			
Custo das vendas		21.420.330	15.242.876
Fornecimentos e serviços externos		28.990.041	22.434.724
Custos com o pessoal		29.962.408	22.808.908
Amortizações e depreciações e perdas por imparidade	8 e 9	4.620.744	3.705.277
Provisões		60.122	0
Outros custos operacionais		<u>822.101</u>	<u>1.105.910</u>
Total de custos operacionais		<u>85.875.746</u>	<u>65.297.695</u>
Resultados Operacionais		<u>8.764.643</u>	<u>5.845.939</u>
Custo de Financiamento líquido		<u>-1.958.312</u>	<u>-329.105</u>
Resultado antes de impostos		<u>6.806.331</u>	<u>5.516.834</u>
Imposto sobre o rendimento	22	<u>1.870.542</u>	<u>1.610.683</u>
Resultado depois de impostos		<u>4.935.789</u>	<u>3.906.151</u>
Resultado consolidado do exercício		<u>4.935.789</u>	<u>3.906.151</u>
Atribuível a:			
Accionistas		4.910.233	3.744.224
Interesses minoritários		25.556	161.927
Resultados por acção	23		
Básico		<u>0,27</u>	<u>0,20</u>
Diluído		<u>0,27</u>	<u>0,20</u>

IBERSOL S.G.P.S., S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS POR NATUREZAS
PARA O SEGUNDO TRIMESTRE DOS ANOS de 2007 E 2006
(valores em euros)

	2º TRIMESTRE	
	2007	2006
Proveitos operacionais		
Vendas e Prestações de serviços	48.671.436	35.891.012
Outros proveitos operacionais	339.451	1.045.620
Total de proveitos operacionais	49.010.887	36.936.632
Custos Operacionais		
Custo das vendas	11.180.278	7.545.431
Fornecimentos e serviços externos	14.783.841	11.868.294
Custos com o pessoal	15.342.343	11.863.498
Amortizações e depreciações, provisões e perdas por imparidade	2.357.276	1.761.473
Outros custos operacionais	502.557	1.020.455
Total de custos operacionais	44.166.295	34.059.151
Resultados Operacionais	4.844.592	2.877.481
Custo de Financiamento líquido	-1.122.081	-115.298
Resultado antes de impostos	3.722.511	2.762.183
Imposto sobre o rendimento	1.027.832	802.080
Resultado depois de impostos	2.694.679	1.960.103
Resultado consolidado do exercício	2.694.679	1.960.103
Atribuível a:		
Accionistas	2.741.055	1.903.726
Interesses minoritários	-46.376	56.377
Resultados por acção		
Básico	0,12	0,10
Diluído	0,12	0,10

O Conselho de Administração,

IBERSOL S.G.P.S., S.A.
Demonstrações das alterações no Capital Próprio Consolidado
para os períodos de seis meses findos em 30 de Junho de 2007 e 2006
(valores em euros)

	Nota	Atribuível a detentores do capital				Interesses Minoritários	Total Capital Próprio	
		Capital Social	Acções Próprias	Reservas e Resultados Transitados	Resultado Líquido			Total
Saldo em 1 de Janeiro de 2006		20.000.000	-5.231.968	25.189.883	9.170.962	49.128.877	1.564.137	50.693.014
Aplicação do resultado consolidado de 2005:								
Transferência para reservas e resultados transitados				8.157.329	-8.157.329	0		0
Dividendos distribuídos	24				-1.013.633	-1.013.633		-1.013.633
Aquisição/(alienação) de acções próprias	15		-1.522.165	16.045		-1.506.120		-1.506.120
Varição nas reservas de conversão						0		0
Varição nos interesses minoritários				-601		-601	601	0
Varição nas diferenças de consolidação negativas				23.806		23.806		23.806
Resultado consolidado líquido do período findo em 30 de Junho de 2006					3.744.224	3.744.224	161.927	3.906.151
Saldo em 30 de Junho de 2006		20.000.000	-6.754.133	33.386.462	3.744.224	50.376.553	1.726.665	52.103.218
Saldo em 1 de Janeiro de 2007		20.000.000	-8.462.090	33.528.023	10.865.925	55.931.859	4.158.288	60.090.147
Aplicação do resultado consolidado de 2006:								
Transferência para reservas e resultados transitados				9.862.827	-9.862.827	0		0
Dividendos distribuídos	24				-1.003.098	-1.003.098		-1.003.098
Aquisição/(alienação) de acções próprias	15		-46.035	65.059		19.024		19.024
Varição nos interesses minoritários				50		50	50	100
Varição nas diferenças de consolidação negativas						0		0
Resultado consolidado líquido do período findo em 30 de Junho de 2007					4.910.233	4.910.233	25.556	4.935.789
Saldo em 30 de Junho de 2007		20.000.000	-8.508.124	43.455.958	4.910.233	59.858.067	4.183.894	64.041.961

O Conselho de Administração,

IBERSOL S.G.P.S., S.A.
Demonstrações Consolidada dos Fluxos de Caixa
Para os períodos findos em 30 de Junho de 2006 e 2007
 (valores em euros)

	Nota	Períodos findos em 30 de Junho	
		2007	2006
Fluxos de Caixa das Actividades Operacionais			
Fluxos das actividades operacionais (1)		14.730.678	9.793.064
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros		1.228.258	1.580.077
Activos tangíveis		245.279	4.189
Activos intangíveis		24.407	
Juros recebidos		37.235	156.303
Dividendos recebidos			
Outros			
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros		54.247	4.223.169
Activos tangíveis		4.165.628	6.251.113
Activos intangíveis		965.897	13.967.277
Outros			
Fluxos das actividades de investimento (2)		-3.650.593	-22.700.990
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Contratos de locação financeira			
Venda de acções próprias		126.560	40.610
Outros			
Empréstimos obtidos		8.594.159	
Pagamentos respeitantes a:			
Amortizações de contratos locação financeiras		818.466	1.212.028
Juros e custos similares		1.794.910	544.704
Dividendos pagos		1.003.098	1.013.633
Reduções capital e prest.suplementares			
Aquisição de acções próprias		107.540	1.546.730
Outros			
Empréstimos obtidos			208.797
Fluxos das actividades de financiamento (3)		4.996.705	-4.485.282
Varição de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)		16.076.790	-17.393.208
Efeito das diferenças de cambio			
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		-29.615.851	1.825.138
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	13	-13.539.061	-15.568.070

O Conselho de Administração,

IBERSOL SGPS, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

PARA O PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2007

(Montantes expressos em euros)

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A IBERSOL, SGPS, SA (“Empresa” ou “Ibersol”), tem sede na Praça do Bom Sucesso, Edifício Península n.º 105 a 159 – 9º, 4150-146 Porto, Portugal, e as suas subsidiárias (conjuntamente, o Grupo), exploram uma rede de 388 unidades no ramo da restauração através das marcas Pizza Hut, Pasta Caffé, Cantina Mariachi, Pans & Company, Kentucky Fried Chicken, Burguer King, O’ Kilo, Pap’ aki, Bocatta, Café Sô, Iber, Pizza Móvil e Arroz Maria. O Grupo possui 359 unidades de exploração própria e 29 em regime de franquia. Deste universo, 113 estão sediadas em Espanha, repartindo-se por 87 estabelecimentos próprios e 26 franquizados.

A Empresa é uma sociedade anónima e está cotada na Euronext de Lisboa.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adoptadas na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas estão descritas abaixo.

2.1. Bases de apresentação

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com a Norma Internacional de Contabilidade n.º 34 – Relato Financeiro Intercalar, tal como adoptada na União Europeia, emitida pelo “International Accounting Standards Board” (“IASB”), em vigor em 30 de Junho de 2007.

As políticas contabilísticas adoptadas a 30 de Junho de 2007 são idênticas às adoptadas na preparação das demonstrações financeiras de 31 de Dezembro de 2006.

2.2 Consolidação

(a) Subsidiárias

As participações financeiras em empresas nas quais o Grupo detenha, directa ou indirectamente, mais de 50% dos direitos de voto ou o poder de controlar as suas políticas financeiras e operacionais (definição de controlo utilizada pelo Grupo), foram incluídas, nestas demonstrações financeiras consolidadas, pelo método de consolidação integral. O capital próprio e o resultado líquido destas empresas, correspondente à participação de terceiros nas mesmas, é apresentado separadamente no balanço e demonstração de resultados consolidados, na rubrica interesses minoritários. As empresas incluídas nas demonstrações financeiras encontram-se detalhadas na Nota 5.

Quando os prejuízos atribuíveis aos minoritários excedem o interesse minoritário no capital próprio da filial, o Grupo absorve essa diferença e quaisquer prejuízos adicionais, excepto quando os minoritários tenham a obrigação e a capacidade para cobrir esses prejuízos. Se a filial subsequentemente reportar lucros, o Grupo apropria-se deles até que a parte minoritária dos prejuízos absorvidos pelo Grupo tenha sido recuperada.

É utilizado o método de compra para contabilizar a aquisição das subsidiárias. O custo de uma aquisição corresponderá ao justo valor dos bens entregues, instrumentos de capital emitidos e passivos incorridos ou assumidos na data de aquisição, acrescido dos custos directamente atribuíveis à aquisição. Os activos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes

assumidos numa concentração empresarial corresponderão inicialmente ao justo valor na data de aquisição, independentemente da existência de interesses minoritários. A diferença positiva entre o custo de aquisição e o justo valor da parcela do Grupo dos activos líquidos identificáveis adquiridos, é registada como diferença de consolidação. Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos activos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida directamente na Demonstração de Resultados (ver Nota 2.5).

Os saldos e ganhos decorrentes de transacções entre empresas do grupo são eliminados. As perdas não realizadas são também eliminadas, excepto se a transacção revelar evidência de imparidade de um activo transferido. As políticas contabilísticas das subsidiárias são alteradas, sempre que necessário, por forma a garantir consistência com as políticas adoptadas pelo Grupo.

(b) Empresas controladas conjuntamente

As demonstrações financeiras das empresas controladas conjuntamente foram incluídas nestas demonstrações financeiras consolidadas pelo método de consolidação proporcional, desde a data em que o controlo conjunto é adquirido. De acordo com este método os activos, passivos, proveitos e custos destas empresas foram integrados nas demonstrações financeiras consolidadas anexas, rubrica a rubrica, na proporção do controlo atribuível ao Grupo.

O excesso do custo de aquisição face ao justo valor de activos e passivos identificáveis da empresa controlada conjuntamente na data de aquisição é reconhecido como diferença de consolidação (ver Nota 2.5).

As transacções, os saldos e os dividendos distribuídos entre empresas do Grupo e empresas controladas conjuntamente são eliminados, na proporção do controlo atribuível ao Grupo.

As empresas controladas conjuntamente encontram-se detalhadas na Nota 5.

2.3 Relato por segmentos

Um segmento de negócio é um grupo de activos e operações envolvidos no fornecimento de produtos ou serviços sujeitos a riscos e benefícios que são diferentes de outros segmentos de negócio. Um segmento geográfico está envolvido em fornecer produtos ou serviços num ambiente económico particular que está sujeito a riscos e benefícios diferentes dos segmentos que operam em outros ambientes económicos.

2.4 Activos Fixos Tangíveis

Os edifícios e outras construções compreendem imóveis próprios afectos à actividade de restauração, bem como despesas com obras em propriedade alheia, nomeadamente, resultantes da instalação de lojas de restauração.

Os activos fixos tangíveis são apresentados ao custo de aquisição, líquido das respectivas amortizações e perdas de imparidade acumuladas.

O custo histórico inclui todos os dispêndios directamente atribuíveis à aquisição dos bens.

Os custos subsequentes são acrescidos às quantias pelo qual o bem está escriturado ou reconhecidos como activos separados, conforme apropriado, somente quando é provável que benefícios económicos inerentes fluirão para a empresa e o custo possa ser mensurado com fiabilidade. Os demais dispêndios com reparações e manutenção são reconhecidos como um gasto no período em que são incorridos.

A depreciação dos activos é calculada pelo método das quotas constantes, de forma a alocar o seu custo ao seu valor residual, em função da sua vida útil estimada, como segue:

- Edifícios e outras construções:	12-50 anos
- Equipamentos:	10 anos
- Ferramentas e utensílios:	4 anos
- Viaturas:	5 anos
- Equipamento administrativo	10 anos
- Outras imobilizações corpóreas	5 anos

Os valores depreciables dos activos, as vidas úteis e o método de depreciação são revistos e ajustados, se necessário, na data do balanço.

Se a quantia escriturada é superior ao valor recuperável do activo, procede-se imediatamente ao seu reajustamento para o valor recuperável estimado (Nota 2.6).

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação são determinados pela diferença entre os recebimentos das alienações e a quantia escriturada do activo, e são reconhecidos como outros proveitos operacionais ou outros custos operacionais na demonstração dos resultados. Quando são vendidos bens reavaliados, o montante incluído em outras reservas é transferido para lucros retidos.

2.5 Activos Intangíveis

a) Diferenças de consolidação

As diferenças de consolidação representam o excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos activos e passivos identificáveis da subsidiária/associada na data de aquisição. As diferenças de consolidação resultantes da aquisição de subsidiárias são incluídas nos activos intangíveis. As diferenças de consolidação são sujeitas a testes de imparidade, numa base anual e são apresentadas ao custo, deduzidas de perdas de imparidade acumuladas. Os ganhos ou perdas decorrentes da venda de uma entidade incluem o valor das diferenças de consolidação referentes à mesma.

As diferenças de consolidação são alocadas às unidades geradoras de fluxos de caixa para realização dos testes de imparidade.

b) Pesquisa e desenvolvimento

Os dispêndios com pesquisas são reconhecidos como gastos quando incorridos. Os custos incorridos em projectos de desenvolvimento (relativos ao design e teste de novos produtos ou melhoramentos de produtos existentes) são reconhecidos como activos intangíveis quando for provável que o projecto seja um sucesso, considerando a sua viabilidade comercial e tecnológica e os custos possam ser mensurados com fiabilidade. Os demais dispêndios com desenvolvimento são reconhecidos como gastos quando incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como gastos não são reconhecidos como um activo em períodos subsequentes. Os custos de desenvolvimento com vida útil finita que tenham sido capitalizados são amortizados desde o início da produção comercial do produto de acordo com o método das quotas constantes pelo período do seu benefício esperado, que não excederá cinco anos.

c) Software

O custo de aquisição de licenças de software é capitalizado e compreende todos os custos incorridos com a aquisição e colocação do software disponível para utilização. Esses custos são amortizados durante o período de vida útil estimado (5 anos).

Os custos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de software são reconhecidos como gastos quando incorridos. Os custos directamente associados à produção de software identificável e único controlado pelo Grupo e que irá, provavelmente, gerar benefícios económicos futuros superiores aos custos, para além de um ano, são reconhecidos como activos intangíveis. Os custos directos incluem os custos com pessoal no desenvolvimento do software e a quota-parte de gastos gerais relevantes.

Custos de desenvolvimento de software reconhecidos como activos são amortizados durante a sua vida útil estimada (não excedendo 5 anos).

d) Concessões e direitos territoriais

As concessões e direitos territoriais são apresentados ao custo histórico. As concessões e direitos territoriais têm uma vida útil finita associada aos períodos contratuais, e são apresentadas ao custo menos amortizações acumuladas.

Direitos Territoriais	Nº anos	Ano limite de utilização
Pans & Company	10	2016
Burger King	20	2021

Direitos de Concessão	Nº anos	Ano limite de utilização
Área Serviços da Lusoponte	33	2032
Marina Expo	28	2026
Área Serviço Repsol 2ª Circular	28	2017
Área Serviço do Fogueteiro	16	2015
Marina de Portimão	60	2061
Área de serviço A8 Torres Vedras	20	2021
Área Serviço Aeroporto	20	2021
Pizza Hut Setúbal	14	2017
Pizza Hut e Pasta Caffé Cais Gaia	20	2024
Área de Serviço A5 Oeiras	12	2015
Área Serviço Modivas	28	2031
Áreas Serviço Barcelos	30	2036
Áreas Serviço Guimarães	30	2036
Áreas Serviço Fafe	30	2036
Áreas Serviço Alvão	30	2036
Áreas Serviço Felgueiras	24	2030
Áreas Serviço Vagos	24	2030
Áreas Serviço Aveiro	24	2030
Áreas Serviço Ovar	24	2030
Áreas Serviço Gulpilhares	24	2030
Áreas Serviço Vouzela	25	2031
Áreas Serviço Viseu	25	2031
Áreas Serviço Paredes	26	2032
Áreas Serviço Matosinhos	26	2032

2.6 Imparidade de activos

Os activos que não têm uma vida útil definida não estão sujeitos a amortização, mas são objecto de testes de imparidade anuais. Os activos sujeitos a amortização são reavaliados para determinação de eventuais imparidades sempre que ocorram eventos ou alterações nas circunstâncias que originem que o valor pelo qual se encontram escriturados possa não ser recuperável. Uma perda por imparidade é reconhecida na demonstração de resultados pelo montante do excesso da quantia escriturada do activo face ao seu valor recuperável. A quantia recuperável é a mais alta de entre o justo valor de um activo menos os gastos inerentes à sua venda e o seu valor de uso. Para realização de testes de imparidade, os activos são agrupados ao mais baixo nível no qual se possam identificar separadamente fluxos de caixa (unidades geradoras de fluxos de caixa).

No caso dos activos corpóreos, cada loja foi identificada como sendo uma unidade geradora de caixa. Uma unidade geradora de caixa (UGC) é o grupo mais pequeno de activos que inclui o activo e que gera influxos de caixa provenientes do uso continuado, que sejam em larga medida independentes dos influxos de caixa de outros activos ou grupos de activos.

2.7 Investimentos Financeiros

O Grupo classifica os seus investimentos nas seguintes categorias: activos financeiros ao justo valor através de resultados, empréstimos concedidos e contas a receber, investimentos detidos até à maturidade e activos financeiros disponíveis para venda. A classificação depende do objectivo de aquisição do investimento. O Conselho de Administração determina a classificação no momento de registo inicial dos investimentos e reavalia essa classificação em cada data de relato.

a) Activos financeiros ao justo valor através de resultados

Esta categoria é subdividida em duas: activos financeiros detidos para negociação e aqueles que são designados ao justo valor através de resultados desde o seu início. Um activo financeiro é classificado nesta categoria se adquirido principalmente com o objectivo de venda a curto prazo ou se assim designado pelo Conselho de Administração. Os derivados são também classificados como detidos para negociação, excepto se forem designados para cobertura. Os activos desta categoria são classificados como correntes se forem detidos para negociação ou sejam realizáveis no período de 12 meses após a data de balanço.

b) Empréstimos concedidos e contas a receber

Os empréstimos concedidos e outros créditos são activos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados num mercado activo. Estes activos são originados quando o Grupo fornece dinheiro, bens ou serviços directamente a um devedor, sem intenção de negociar o prazo de recebimentos. São incluídos nos activos correntes, excepto quando tiverem maturidades superiores a 12 meses após a data do balanço, sendo nesse caso classificados como activos não-correntes. Empréstimos concedidos e contas a receber são incluídos no balanço em Contas a receber de clientes e outros devedores (Nota 2.9).

c) Investimentos detidos até à maturidade

Os investimentos detidos até à maturidade são activos financeiros não derivados, com pagamentos fixos ou determináveis e maturidades fixas, que o Conselho de Administração do grupo tem intenção e capacidade para manter até à maturidade. Estão incluídos nos activos não-correntes, excepto aqueles cujo vencimento seja inferior a 12 meses desde a data do balanço, os quais são classificados como activos correntes.

d) Activos financeiros disponíveis para venda

Os activos financeiros disponíveis para venda são activos financeiros não derivados que são designados nesta categoria ou não são classificados em nenhuma das outras categorias. São incluídos em activos não correntes, excepto se o conselho de Administração entender alienar o investimento no prazo de 12 meses após a data do balanço.

As compras e vendas de investimentos são reconhecidas à data da transacção – a data em que o Grupo se compromete a comprar ou a vender o activo. Os investimentos são inicialmente reconhecidos ao justo valor, adicionado dos custos de transacção, para todos os activos financeiros não reflectidos ao justo valor através de resultados (neste caso, são também reconhecidos ao justo valor, mas os custos de transacção são registados em custos do exercício em que sejam incorridos). Os investimentos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber dinheiro dos mesmos expiram ou tenham sido transferidos e o Grupo tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da sua posse. Activos financeiros disponíveis para venda e os activos financeiros ao justo valor através de resultados são subsequentemente valorizados ao justo valor. Os empréstimos concedidos e contas a receber e os investimentos detidos até à maturidade são valorizados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efectiva. Os ganhos e perdas realizadas ou não realizadas decorrentes de alterações do justo valor da categoria dos activos financeiros ao justo valor através de resultados, são incluídos na demonstração de resultados do período em que surgem. Os ganhos e perdas não realizadas, resultantes de alterações do justo valor de títulos não monetários, classificados como disponíveis para venda, são reconhecidos no capital próprio. Quando os títulos classificados como disponíveis para venda são vendidos ou se encontram em imparidade, os ajustamentos acumulados do justo valor são incluídos na demonstração de resultados como ganhos ou perdas de investimentos em títulos.

O justo valor de investimentos cotados é baseado nos preços correntes de mercado.

Se não há um mercado activo para um activo financeiro (e para títulos não cotados), o Grupo estabelece o justo valor usando técnicas de avaliação, as quais incluem o uso de transacções recentes entre partes independentes, referência a outros instrumentos que sejam substancialmente idênticos, análise do fluxo de caixa descontado e modelos refinados de preços de opções que reflectam as circunstâncias específicas de emissão.

O Grupo verifica em cada data de balanço se existe evidência objectiva de imparidade de um ou de um grupo de activos financeiros. No caso de títulos de capital próprio classificados como disponíveis para venda, um decréscimo significativo ou prolongado do justo valor abaixo do custo é determinante para saber se existe imparidade. Se existir tal evidência para activos financeiros disponíveis para venda, a perda acumulada – calculada pela diferença entre o custo de aquisição e o justo valor corrente, menos qualquer perda de imparidade desse activo financeiro reconhecida previamente em resultados – é retirada do capital próprio e reconhecida na demonstração de resultados. As perdas de imparidade de instrumentos de capital reconhecidas em resultados não são reversíveis.

2.8 Existências

As existências são apresentadas ao mais baixo entre o custo e o valor líquido de realização. O custo é calculado utilizando o custo médio ponderado.

O valor líquido de realização corresponde ao preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos variáveis de venda.

2.9 Contas a receber de clientes e outros devedores

As contas a receber de clientes e outros devedores são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo, no caso de dívidas de médio e longo prazo, subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efectiva, deduzido do ajustamento de imparidade. O ajustamento de imparidade das contas a receber é estabelecido quando há evidência objectiva de que o Grupo não receberá a totalidade dos montantes em dívida conforme as condições originais das contas a receber. O valor do ajustamento de imparidade é a diferença entre o valor apresentado e o valor presente estimado dos fluxos de caixa futuros, descontado à taxa de juro efectiva. O valor do ajustamento de imparidade é reconhecido na demonstração de resultados.

2.10 Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa inclui os valores em caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo com liquidez elevada e maturidades iniciais até 3 meses e descobertos bancários. Os descobertos bancários são apresentados no Balanço, no passivo corrente, na rubrica Empréstimos Obtidos.

2.11 Capital social

As acções ordinárias são classificadas no capital próprio. As acções preferenciais obrigatoriamente remíveis são classificadas no passivo (Nota 2.12).

Os custos incrementais directamente atribuíveis à emissão de novas acções ou opções são apresentados no capital próprio como uma dedução, líquida de impostos, dos ingressos.

Quando alguma empresa do Grupo adquire acções da empresa-mãe (acções próprias), o valor pago, incluindo os custos directamente atribuíveis (líquidos de impostos), é deduzido ao capital próprio atribuível aos detentores do capital da empresa-mãe até que as acções sejam canceladas, reemitidas ou alienadas. Quando tais acções são subseqüentemente vendidas ou reemitidas, qualquer recebimento, após dedução dos custos de transacção directamente imputáveis e de impostos, é reflectido no capital próprio dos detentores do capital da empresa.

2.12 Empréstimos obtidos

Os empréstimos obtidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor, incluindo os custos de transacção incorridos. Os empréstimos de médio e longo prazo são subseqüentemente apresentados ao custo deduzido das amortizações efectuadas; qualquer diferença entre os recebimentos (líquidos de custos de transacção) e o valor amortizado é reconhecida na demonstração de resultados ao longo do período do empréstimo, utilizando o método da taxa efectiva.

Os empréstimos obtidos são classificados no passivo corrente, excepto se o Grupo possuir um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.13 Impostos diferidos

Os impostos diferidos são reconhecidos na globalidade, usando o método do passivo, e calculados sobre diferenças temporárias provenientes da diferença entre a base fiscal de activos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras consolidadas. No entanto, se o imposto diferido surge pelo reconhecimento inicial de um activo ou passivo numa transacção que não seja uma concentração empresarial ou que à data da transacção não afecte nem o resultado contabilístico nem o resultado fiscal, este não é contabilizado. Os impostos diferidos são determinados pelas taxas fiscais (e legais) decretadas ou substancialmente decretadas na data do balanço e que se espera que sejam aplicáveis no período de realização do imposto diferido activo ou de liquidação do imposto diferido passivo.

Os impostos diferidos activos são reconhecidos na medida em que seja provável que os lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para utilização da diferença temporária.

São reconhecidos impostos diferidos em diferenças temporárias originadas por investimentos em subsidiárias e associadas, excepto quando o Grupo seja capaz de controlar a tempestividade da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não reverta no futuro previsível.

2.14 Provisões

As provisões para custos com reestruturação, contratos onerosos e reclamações judiciais são reconhecidas quando o Grupo tem uma obrigação legal ou construtiva, como resultado de acontecimentos passados, e seja provável que um exfluxo de recursos seja necessário para liquidar a obrigação, e possa ser efectuada uma estimativa fiável do montante da obrigação. As provisões para reestruturações incluem penalidades derivadas de rescisão de contratos de locação e pagamentos de indemnizações por cessação de contratos de trabalho dos empregados. Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras.

Quando há um número de obrigações similares, a probabilidade de gerar um exfluxo é determinada em conjunto.

2.15 Reconhecimento do rédito

O rédito compreende o justo valor da venda de bens e prestação de serviços, líquido de impostos e descontos e após eliminação das vendas internas. O rédito é reconhecido como segue:

a) Venda de bens – retalho

A venda de bens é reconhecida quando o produto é vendido ao cliente. As vendas a retalho são normalmente efectuadas a dinheiro ou com pagamentos efectuados por cartão de débito/crédito. O rédito a reconhecer é o valor bruto da venda, incluindo honorários de utilização de cartões de débito/crédito a pagar pela transacção. As vendas de bens a clientes, associadas a eventos ou congressos, são reconhecidas no momento em que tais acontecimentos ocorrem.

b) Prestação de serviços

A prestação de serviços é reconhecida no período contabilístico em que os serviços são prestados, com referência à fase de acabamento da transacção à data do balanço.

c) Juros

Os juros são reconhecidos tendo em consideração a proporção do tempo decorrido e o rendimento efectivo do activo. Quando uma conta a receber se encontra em imparidade, o Grupo reduz o seu valor contabilístico para o valor recuperável, sendo este igual ao valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa de juro efectiva original do activo. O desconto continua a ser reconhecido como proveito financeiro.

d) Royalties

Os royalties são reconhecidos segundo o regime do acréscimo, de acordo com a substância dos acordos relevantes.

e) Dividendos

Os dividendos são reconhecidos quando se estabelece o direito dos accionistas ao seu recebimento.

2.16 Locações

As locações são classificadas como locações operacionais se uma parcela significativa dos riscos e benefícios inerentes à posse for retida pelo locador. Os pagamentos efectuados em locações operacionais (deduzidos de eventuais incentivos recebidos do locador) são reflectidos na demonstração de resultados pelo método das quotas constantes, pelo período da locação.

Locações de activos tangíveis onde o Grupo tem substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade são classificadas como locações financeiras. As locações financeiras são capitalizadas no início da locação pelo menor entre o justo valor do activo locado e o valor presente dos

pagamentos mínimos da locação. As obrigações da locação, líquidas de encargos financeiros, são incluídas em outros passivos não correntes, excepto a respectiva componente de curto prazo. A parcela dos juros é levada a gastos financeiros no período da locação, de forma a produzir uma taxa constante periódica de juros sobre a dívida remanescente em cada período. As imobilizações corpóreas adquiridas através de locações financeiras são depreciadas pelo menor entre o período de vida útil do activo e o prazo da locação.

2.17 Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos aos detentores do capital é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras do Grupo no momento em que os dividendos são aprovados pelos accionistas.

2.18 Conversão cambial

(a) Moeda Funcional e de Apresentação

As Demonstrações Financeiras de cada uma das entidades do Grupo são elaboradas utilizando a moeda do ambiente económico em que a entidade opera ("A moeda funcional"). As Demonstrações Financeiras consolidadas são apresentadas em Euros, sendo esta a moeda funcional e de apresentação do Grupo.

(b) Transacções e Saldos

As transacções em moedas diferentes do euro são convertidas em moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transacções. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes da liquidação das transacções e da conversão pela taxa à data do balanço dos activos e dos passivos monetários denominados em moeda diferente do euro, são reconhecidos na Demonstração dos Resultados, excepto se qualificarem como coberturas de fluxos de caixa, ou como cobertura de investimento líquido, casos em que são registados em capital próprio.

As diferenças de conversão em elementos não monetários, tais como investimentos detidos ao justo valor através de resultados, são reportadas como parte dos ganhos ou perdas do justo valor. As diferenças de conversão em elementos não monetários, tais como investimentos classificados como activos financeiros disponíveis para venda, são incluídas na reserva de justo valor nos capitais próprios.

3. GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO

3.1 Factores do risco financeiro

As actividades do Grupo estão expostas a uma variedade de factores do risco financeiro: risco de mercado (inclui risco cambial, risco do justo valor associado à taxa de juro e risco de preço), risco de crédito, risco de liquidez e risco de fluxos de caixa associado à taxa de juro. O Grupo detém um programa de gestão do risco que foca a sua análise nos mercados financeiros procurando minimizar os potenciais efeitos adversos desses riscos na performance financeira do Grupo.

A gestão do risco é conduzida por um departamento central de tesouraria, com base nas políticas aprovadas pela Administração. A tesouraria identifica, avalia e realiza coberturas de riscos financeiros em estrita cooperação com as unidades operacionais do Grupo. A Administração providencia princípios para a gestão do risco como um todo e políticas que cobrem áreas específicas, como o risco cambial, o risco de taxa de juro, risco de crédito e o investimento do excesso de liquidez.

a) Risco de mercado

i) Risco cambial

O risco cambial é reduzido, uma vez que o Grupo apenas está presente no mercado ibérico, os empréstimos bancários estão denominados em euros, e a totalidade das vendas e prestação de serviços são realizadas em Portugal e Espanha e o volume de compras fora da zona Euro, não assume proporções relevantes.

O Grupo não detém investimentos em operações externas, não havendo exposição significativa ao risco cambial.

ii) Risco de Preço

O Grupo está exposto ao risco de preço das acções pelos investimentos detidos e classificados no balanço consolidado como activos financeiros disponíveis para venda. O Grupo não está exposto ao risco de preço das mercadorias.

b) Risco de crédito

O Grupo não tem concentrações de risco de crédito significativas. Tem políticas que asseguram que as vendas a retalho são efectuadas a clientes com um histórico de crédito apropriado, em dinheiro ou cartão de débito/crédito. O acesso pelo Grupo a crédito é realizado com instituições financeiras credíveis. O Grupo tem políticas que limitam o montante de crédito a que têm acesso.

c) Risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez implica a manutenção de um valor suficiente em caixa e depósitos bancários, a viabilidade da consolidação da dívida flutuante através de um montante adequado de facilidades de crédito e a capacidade de liquidar posições de mercado. Relacionado com a dinâmica dos negócios subjacentes, a Tesouraria do Grupo pretende manter a flexibilidade da dívida flutuante, mantendo as linhas de crédito disponíveis.

d) Risco de fluxos de caixa e de justo valor associado à taxa de juro

Como o Grupo não tem activos remunerados com juros significativos, o lucro e os fluxos de caixa da actividade de financiamento são substancialmente independentes das alterações da taxa de juro de mercado.

O risco da taxa de juro do Grupo advém de empréstimos obtidos de longo prazo. Empréstimos emitidos com taxas variáveis expõem o Grupo ao risco de fluxos de caixa associado à taxa de juro. Empréstimos emitidos com taxas fixas expõem o Grupo ao risco do justo valor associado à taxa de juro. Com o actual nível das taxas de juro, a política do grupo é, em financiamentos de maior maturidade, proceder à fixação total ou parcial das taxas de juro.

3.2 Estimativa de justo valor

O justo valor dos instrumentos financeiros comercializados nos mercados activos (por exemplo derivados negociados publicamente, títulos para negociação e disponíveis para venda) é determinado com base nos preços do mercado de cotação à data de balanço. O preço do mercado usado para os activos financeiros do Grupo é o preço recebido pelos accionistas no mercado corrente. O preço do mercado para os passivos financeiros é o preço a pagar no mercado corrente.

O valor nominal de contas a receber (deduzido de ajustamentos de imparidade) e a pagar é assumido como aproximado do seu justo valor. O justo valor dos passivos financeiros é estimado actualizando os fluxos de caixa futuros contratualizados à taxa de juro do mercado corrente que está disponível para instrumentos financeiros similares.

4. ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS IMPORTANTES E JULGAMENTOS

As estimativas e julgamentos são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros factores, incluindo expectativas sobre eventos futuros que se acredita serem razoáveis nas circunstâncias em causa.

4.1 Estimativas contabilísticas importantes e premissas

O grupo efectua estimativas e premissas sobre o futuro. A contabilização resultante das estimativas raramente irá, por definição, corresponder aos resultados reais relatados. As estimativas e as premissas que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico dos activos e passivos no exercício seguinte são apresentadas abaixo:

a) Estimativa de imparidade das diferenças de consolidação

O Grupo testa anualmente se existe ou não imparidade das diferenças de consolidação, de acordo com a política contabilística indicada na Nota 2.5. Os valores recuperáveis das unidades geradoras de fluxos de caixa são determinados com base no cálculo de valores de uso. Esses cálculos exigem o uso de estimativas (Nota 9).

Se a margem bruta real for superior ou a taxa de desconto, antes de impostos, inferior à estimativa do Conselho de Administração, o Grupo poderá não ser capaz de reverter as perdas de imparidade das diferenças de consolidação registadas à data de 30 de Junho de 2007. E se a margem bruta real for inferior ou a taxa de desconto, antes de impostos, superior às estimativas dos gestores, as perdas de imparidade das diferenças de consolidação poderão ser superiores às registadas.

b) Impostos sobre o Rendimento

O Grupo está sujeito a Impostos sobre o Rendimento em Portugal e Espanha. É necessário julgamento significativo para determinar a estimativa de imposto sobre o rendimento. Porquanto há inúmeras transacções e cálculos, para as quais, a determinação final dos impostos é incerta durante o curso normal dos negócios. O Grupo reconhece passivos para liquidações adicionais de impostos que possam ser provenientes de revisões efectuadas pelas autoridades fiscais. Quando o resultado final das inspecções fiscais é diferente dos valores inicialmente registados, as diferenças terão impacto no imposto sobre o rendimento e nos impostos diferidos, no período em que tais diferenças são identificadas.

5. INFORMAÇÕES RELATIVAS ÀS EMPRESAS INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO E OUTRAS

5.1. As empresas do Grupo incluídas na consolidação em 30 de Junho de 2007 e 31 de Dezembro de 2006 são as seguintes:

Firma	Sede	% Participação	
		2007	2006
Empresa mãe			
Ibersol SGPS, S.A.	Porto	mãe	mãe
Empresas filiais			
Iberusa Hotelaria e Restauração, S.A.	Porto	100,00%	100,00%
Ibersol Restauração, S.A.	Porto	100,00%	100,00%
Ibersande Restauração, S.A.	Porto	80,00%	80,00%
(a) Santo Amaro Café, S.A.	Lisboa	100,00%	100,00%
Ibersol Madeira Restauração, S.A.	Funchal	100,00%	100,00%
Ibersol - Hotelaria e Turismo, S.A.	Porto	100,00%	100,00%
Iberking Restauração, S.A.	Porto	100,00%	100,00%
Iberaki Restauração, S.A.	Porto	85,00%	85,00%
Restmon Portugal, Lda	Lisboa	60,00%	60,00%
Vidisco, S.L.	Pontevedra - Espanha	100,00%	100,00%
Pasta Caffè. S.L.U.	Pontevedra - Espanha	100,00%	100,00%
Inverpeninsular, S.L.	Pontevedra - Espanha	100,00%	100,00%
Pizzalitos Restaurantes, Lda	Porto	100,00%	100,00%
Ibergourmet Produtos Alimentares, S.A.	Porto	100,00%	100,00%
Ferro & Ferro, Lda.	Setúbal	100,00%	100,00%
Asurebi SGPS, S.A.	Porto	100,00%	100,00%
Charlotte Develops, SL	Madrid-Espanha	100,00%	100,00%
Firmoven Restauração, S.A.	Porto	100,00%	100,00%
Bilcas - Actividades Hoteleiras, Lda	Porto	100,00%	100,00%
IBR - Sociedade Imobiliária, S.A.	Porto	100,00%	100,00%
Eggon SGPS, S.A.	Porto	100,00%	100,00%
Anatir SGPS, S.A.	Porto	100,00%	100,00%
Lurca, SA	Madrid-Espanha	100,00%	100,00%
Q.R.M.- Projectos Turísticos, S.A	Maia	51,00%	51,00%
Sugestões e Opções-Actividades Turísticas, S.A	Maia	51,00%	51,00%
RESTOH- Restauração e Catering, S.A	Maia	51,00%	51,00%
Resboavista- Restauração Internacional, Lda	Maia	50,99%	50,99%
José Silva Carvalho Catering, S.A	Sintra	51,00%	51,00%
(b) Iberusa Central de Compras para Restauração ACE	Porto	100,00%	100,00%
(c) Vidisco, Pasta Café Union Temporal de Empresas	Vigo	100,00%	100,00%
Zarapiam En Liquidación, SL	Madrid-Espanha	100,00%	-
Maestro - Serviços de Gestão Hoteleira, S.A.	Porto	100,00%	-
Empresas controladas conjuntamente			
UQ Consult - Serviços de Apoio à Gestão, S.A.	Porto	50,00%	-

(a) Empresa entretanto incorporada por fusão na filial Iberusa no dia 03 de Setembro de 2007.

(b) Agrupamento Complementar de Empresas que actua como Central de Compras e de Logística e assegura o aprovisionamento dos respectivos restaurantes em matérias-primas e serviços de manutenção.

(c) Union Temporal de Empresas constituída em 2005 e que ao longo do semestre funcionou como Central de Compras em Espanha, assegurando o aprovisionamento de matérias-primas dos respectivos restaurantes.

As empresas filiais foram incluídas na consolidação pelo método de consolidação integral. À entidade conjuntamente controlada UQ Consult foi aplicado o método de consolidação proporcional em função da percentagem de participação detida pelo grupo, conforme indicado na Nota 2.2.b).

As percentagens de participação nas sociedades referidas consubstanciam-se em idêntica percentagem de direitos de voto.

5.2. Alterações ocorridas no perímetro de consolidação

5.2.1. Aquisição de novas sociedades

2006	Firma	Data entrada	Sede	% Participação	
				2007	2006
	Bilcas - Actividades Hoteleiras, Lda	31-Mar-06	Porto	100,00%	100,00%
	IBR - Sociedade Imobiliária, S.A.	30-Jun-06	Porto	100,00%	100,00%
	Eggon SGPS, S.A.	30-Jun-06	Porto	100,00%	100,00%
	Anatir SGPS, S.A.	30-Jun-06	Porto	100,00%	100,00%
	Lurca, SA	05-Jul-06	Madrid-Espanha	100,00%	100,00%
	Q.R.M.- Projectos Turísticos, S.A	31-Dez-06	Maia	51,00%	51,00%
	Sugestões e Opções-Actividades Turísticas, S.A	31-Dez-06	Maia	51,00%	51,00%
	RESTOH- Restauração e Catering, S.A	31-Dez-06	Maia	51,00%	51,00%
	Resboavista- Restauração Internacional, Lda	31-Dez-06	Maia	50,99%	50,99%
	José Silva Carvalho Catering, S.A	31-Dez-06	Sintra	51,00%	51,00%

1º Semestre de 2007	Firma	Data entrada	Sede	% Participação	
				2007	2006
	Zarapiam En Liquidación, SL	30-Jun-07	Madrid	100,00%	-
	Maestro - Serviços de Gestão Hoteleira, S.A.	30-Jun-07	Porto	100,00%	-
	UQ Consult - Serviços de Apoio à Gestão, S.A.	30-Jun-07	Porto	50,00%	-

As aquisições do 1º Semestre de 2007, acima mencionadas, tiveram o seguinte impacto nas demonstrações financeiras consolidadas a 30 de Junho de 2007:

	<u>Data da aquisição</u>	<u>Jun-07</u>
Activos líquidos adquiridos		
Activos fixos tangíveis e intangíveis (Notas 8 e 9)	957.029	957.029
Existências	7.753	7.753
Impostos diferidos activos (Nota 17)	143.372	143.372
Outros activos	570.115	570.115
Caixa e equivalentes a caixa	194.937	194.937
Empréstimos	-	-
Impostos diferidos passivos (Nota 17)	-	-
Outros passivos	<u>-3.807.857</u>	<u>-1.313.868</u>
	-1.934.651	559.338
Diferenças de consolidação (Nota 9)	2.194.695	
Interesses minoritários	-	
	<u>Preço de aquisição</u>	<u>260.044</u>
Pagamentos efectuados	-	
Montantes a pagar no futuro	<u>260.044</u>	
	<u>260.044</u>	
Fluxo de caixa líquido decorrente da aquisição		
Pagamentos efectuados	-	
Caixa e equivalentes de caixa adquiridos	<u>194.937</u>	
	<u>-194.937</u>	

A diferença de consolidação relativa à UQ Consult, SA, empresa controlada conjuntamente, no montante de 2.168.982, foi apurada com base em valores provisórios dos activos líquidos adquiridos.

A aquisição da filial Lurca, SA, empresa sediada em Madrid, em 05 de Julho de 2006, teve um impacto significativo na demonstração de resultados do 1º Semestre de 2007, contribuindo com um volume de negócios de 14.092 mil euros.

5.2.2. Alienações

No exercício de 2007 não ocorreram alienações de subsidiárias.

5.3. Interesses minoritários

No período de seis meses findo em 30 de Junho de 2007 e no exercício de 2006, os interesses minoritários detalham-se como segue:

	<u>Jun-07</u>	<u>Dez-06</u>
Ibersande	2.204.606	2.116.823
Grupo QRM	<u>1.979.288</u>	<u>2.041.465</u>
	<u>4.183.894</u>	<u>4.158.288</u>

6. INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS

Formato de Relato Principal – segmento geográfico

O Grupo opera em duas grandes áreas geográficas geridas à escala nacional.

A sede do Grupo – onde está também localizada a maior empresa operacional - é em Portugal. A área de actividade é a restauração.

O Grupo considera que a actividade desenvolvida na área de restauração é suficientemente homogénea, pelo que o segmento de negócio a apresentar terá por base a dispersão geográfica da mesma:

- (1) Portugal;
- (2) Espanha.

As vendas são distribuídas com base no país em que se localiza o cliente.

Os resultados por segmento do período de seis meses findo em 30 de Junho de 2007 são:

30 DE JUNHO 2007	Portugal	Espanha	Grupo
Restauração	65.526.888	24.694.825	90.221.713
Mercadorias	789.678	1.399.823	2.189.501
Prestação de Serviços	559.461	729.021	1.288.482
Volume de Negócio por Segmento	<u>66.876.027</u>	<u>26.823.669</u>	<u>93.699.696</u>
Resultado operacional	6.966.031	1.798.612	8.764.643
Custo de financiamento líquido	-1.121.198	-837.114	-1.958.312
Quota-parte do lucro de associadas	-	-	-
Lucro antes de imposto sobre o rendimento	<u>5.844.833</u>	<u>961.498</u>	<u>6.806.331</u>
Imposto sobre o rendimento	1.487.640	382.902	1.870.542
Resultado líquido do exercício	<u>4.357.193</u>	<u>578.596</u>	<u>4.935.789</u>

Os resultados por segmento do período de seis meses findo em 30 de Junho de 2006 são:

30 DE JUNHO 2006	Portugal	Espanha	Grupo
Restauração	57.690.388	9.414.218	67.104.606
Mercadorias	787.017	1.120.720	1.907.737
Prestação de Serviços	149.189	531.262	680.451
Volume de Negócio por Segmento	58.626.594	11.066.200	69.692.794
Resultado operacional	5.757.413	88.526	5.845.939
Custo de financiamento líquido	-273.747	-55.358	-329.105
Quota-parte do lucro de associadas	-	-	-
Lucro antes de imposto sobre o rendimento	5.483.666	33.168	5.516.834
Imposto sobre o rendimento	1.643.973	-33.290	1.610.683
Resultado líquido do exercício	3.839.693	66.458	3.906.151

As transferências ou transacções entre segmentos são realizadas nos termos comerciais normais e nas condições aplicáveis a terceiros independentes.

7. FACTOS NÃO USUAIS E NÃO RECORRENTES E SAZONALIDADE

Nos primeiros seis meses do exercício de 2007 não se registaram quaisquer factos não usuais.

A sazonalidade do negócio de restauração é caracterizada por picos de vendas nos meses de Julho, Agosto e Dezembro o que conduz a que o 2º semestre apresente maior actividade que o 1º semestre. No período que compreende os seis primeiros meses do ano, os anos anteriores têm evidenciado que, em perímetro comparável e com uma distribuição razoavelmente uniforme de aberturas e encerramentos, as vendas são cerca de 45% do volume anual e, por efeito da diluição dos custos fixos com o aumento da actividade, o resultado operacional representa cerca de 30%.

8. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 30 de Junho de 2007 e 31 de Dezembro de 2006, o movimento ocorrido no valor dos activos fixos tangíveis, bem como nas respectivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

	Terrenos e edifícios	Equipamentos	Ferramentas e utensilios	Outras Imob. corporeas	Imobilizado em curso	Total
01 de Janeiro de 2006						
Custo	61.898.270	40.513.636	3.041.232	5.451.636	1.278.639	112.183.413
Depreciação acumulada	7.646.979	20.812.069	2.582.142	3.917.587	-	34.958.778
Imparidade Acumulada	2.777.135	1.325.531	59.485	122.885	-	4.285.037
Valor líquido	51.474.155	18.376.036	399.604	1.411.164	1.278.639	72.939.598
31 de Dezembro de 2006						
Valor líquido inicial	51.474.155	18.376.036	399.604	1.411.164	1.278.639	72.939.598
Variações do perímetro de consolidação	22.633.807	14.327.264	346.524	20.343	52.523	37.380.461
Adições	7.438.234	5.107.764	179.512	435.680	1.168.585	14.329.775
Diminuições	459.126	60.118	11.045	8.306	10.513	549.109
Transferências	498.863	13.477	11.736	0	-526.416	-2.340
Depreciação exercício	1.674.581	4.371.883	211.999	580.079	-	6.838.541
Deprec. pelas variações do perímetro	5.292.372	7.902.315	18.870	4.613	-	13.218.170
Imparidade Exercício	1.258.908	366.245	19.547	39.819	-	1.684.519
Valor líquido final	73.360.071	25.123.979	675.915	1.234.371	1.962.818	102.357.153
31 de Dezembro de 2006						
Custo	91.317.571	59.014.361	3.509.812	5.764.407	1.962.818	161.879.675
Depreciação acumulada	14.239.037	32.285.671	2.754.865	4.367.333	-	53.957.608
Imparidade Acumulada	3.718.463	1.604.711	79.032	162.704	-	5.564.910
Valor líquido	73.360.071	25.123.979	675.915	1.234.371	1.962.818	102.357.153

	Terrenos e edifícios	Equipamentos	Ferramentas e utensílios	Outras Imob. corpóreas	Imobilizado em curso	Total
30 de Junho de 2007						
Valor líquido inicial	73.360.071	25.123.979	675.915	1.234.371	1.962.818	102.357.153
Variações do perímetro de consolidação (1)	398.408	1.780.984	22.171	8.738	-	2.210.301
Adições	2.022.460	1.632.259	91.902	292.377	1.208.039	5.247.037
Diminuições	209.718	212.692	4.426	6.124	51.456	484.416
Transferências	1.248.407	74.568	-	9.190	-1.332.165	0
Depreciação exercício	949.454	2.497.571	130.931	269.075	-	3.847.032
Deprec. pelas variações do perímetro	40.087	1.205.768	6.600	1.158	-	1.253.613
Imparidade Exercício	-70.808	-9.601	-3.018	-1.573	-	-85.000
Valor líquido final	75.900.896	24.705.359	651.049	1.269.892	1.787.236	104.314.433
30 de Junho de 2007						
Custo	94.393.223	61.633.497	3.556.880	6.016.561	1.787.237	167.387.398
Depreciação acumulada	15.132.305	35.399.314	2.829.817	4.585.538	-	57.946.974
Imparidade Acumulada	3.360.024	1.528.824	76.014	161.130	-	5.125.992
Valor líquido	75.900.895	24.705.359	651.049	1.269.893	1.787.237	104.314.433

(1) as variações do perímetro correspondem à aquisição nesta data da filial Zarapiam, com sede em Espanha, e do controlo conjunto da UQ Consult, S.A.

No período de seis meses findo em 30 de Junho de 2007, os bens utilizados em regime de locação financeira foram os seguintes:

	Valor Buto	A. Acumuladas
Terrenos e edifícios	1.547.919	222.958
Equipamentos	8.257.467	2.961.186
Ferramentas e utensílios	104.235	91.680
Outras imobilizações corpóreas	1.068.269	694.592
	10.977.890	3.970.416

Sendo que o valor correspondente a contratos celebrados em 2007 é de 1.085.643 euros.

9. ACTIVOS INTANGÍVEIS

Os activos intangíveis decompõem-se como se segue:

	<u>Jun-07</u>	<u>Dez-06</u>
Diferenças de consolidação	43.533.254	41.385.514
Outros Intangíveis	19.239.102	19.214.769
	62.772.356	60.600.283

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2006 e 30 de Junho de 2007, o movimento ocorrido no valor dos activos fixos intangíveis, bem como nas respectivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

	Diferenças de Consolidação	Trespases	Marcas e licenças	Despesas de Desenvolvimento	Propriedade Industrial	Imobilizado em curso	Total
01 de Janeiro de 2006							
Custo	15.048.485	1.305.220	21.425.698	532.449	4.613.658	89.119	43.014.629
Amortização acumulada	-	498.499	19.348.244	477.018	2.102.259	-	22.426.025
Imparidade acumulada	1.661.948	27.638	224.945	-	221.422	-	2.135.953
Valor líquido	13.386.537	779.083	1.852.509	55.431	2.289.977	89.119	18.452.651
31 de Dezembro de 2006							
Valor líquido inicial	13.386.537	779.083	1.852.509	55.431	2.289.977	89.119	18.452.651
Variações do perímetro de consolidação	0	0	600.034	25.716	601.222	0	1.226.972
Adições	28.090.362	783.050	852.977	96.446	47.360	13.545.219	43.415.414
Diminuições	45.222	0	7.991	1	6.716	-	59.930
Transferências	-	0	-3.030	24.444	3.030	-26.653	-2.209
Amortização do exercício	-	132.305	1.013.227	26.885	248.442	0	1.420.859
Deprec. pelas variações do perímetro	-	0	473.133	9.068	393.859	-	876.060
Imparidade Exercício	46.163	-	89.538	-	0	-	135.701
Valor líquido final	41.385.514	1.429.828	1.718.601	166.083	2.292.572	13.607.685	60.600.283
31 de Dezembro de 2006							
Custo	43.093.625	1.870.774	22.022.418	656.143	5.217.992	13.607.685	86.468.637
Amortização acumulada	-	413.308	19.986.443	490.060	2.705.840	-	23.595.651
Imparidade acumulada	1.708.111	27.638	317.374	-	219.580	-	2.272.703
Valor líquido	41.385.514	1.429.828	1.718.602	166.083	2.292.572	13.607.685	60.600.283

	Diferenças de Consolidação	Trespases	Marcas e licenças	Despesas de Desenvolvimento	Propriedade Industrial	Imobilizado em curso (1)	Total
30 de Junho de 2007							
Valor líquido inicial	41.385.514	1.429.828	1.718.602	166.083	2.292.572	13.607.685	60.600.283
Variações do perímetro de consolidação	-	-	218.698	45.260	13.840	-	277.798
Adições	2.194.695	9.100	384.836	-	200.452	341.181	3.130.264
Diminuições	23.874	-	1.979	-	24.407	-	50.261
Transferências	-	-	55.526	-	1.756.274	-1.811.801	0
Amortização do exercício	-	81.313	464.275	18.774	186.270	-	750.632
Deprec. pelas variações do perímetro	-	-	218.009	45.054	13.709	-	276.772
Imparidade Exercício	23.081	-	135.244	-	-	-	158.325
Valor líquido final	43.533.254	1.357.615	1.558.155	147.515	4.038.752	12.137.066	62.772.356
30 de Junho de 2007							
Custo	45.264.446	1.879.874	22.394.416	701.403	7.164.151	12.137.066	89.541.356
Amortização acumulada	-	494.621	20.391.550	553.888	2.905.819	-	24.345.878
Imparidade acumulada	1.731.192	27.638	444.711	-	219.580	-	2.423.122
Valor líquido	43.533.254	1.357.615	1.558.155	147.515	4.038.752	12.137.066	62.772.356

(1) o saldo da rubrica de imobilizado em curso diz maioritariamente respeito às 26 novas concessões conseguidas no decurso do ano de 2006, em áreas de serviço nas Auto-estradas do Norte, Costa da Prata, Beiras e Grande Porto, áreas de serviço essas cuja construção ainda decorre. Por sua vez, o movimento do semestre decorre da abertura das áreas de serviço cuja obra ficou concluída.

Testes de imparidade das diferenças de consolidação

As diferenças de consolidação são distribuídas pelas unidades geradoras de fluxos (UGCs) do Grupo, identificadas de acordo com o país da operação e o segmento de negócio.

Apresenta-se abaixo um resumo das diferenças de consolidação distribuídas por segmento (1):

	<u>Jun-07</u>	<u>Dez-06</u>
Portugal	11.414.511	9.266.771
Espanha	<u>32.118.743</u>	<u>32.118.743</u>
	<u>43.533.254</u>	<u>41.385.514</u>

(1) A variação do período corresponde ao goodwill gerado em Portugal pela compra da filial Maestro e da empresa controlada conjuntamente UQ Consult.

O valor recuperável de uma UGC é determinado com base nos cálculos do valor de uso. Esses cálculos utilizam projecções de fluxos de caixa baseadas em orçamentos financeiros aprovados pelos gestores, cobrindo um período de 5 anos.

As previsões têm vindo a ser utilizadas para a análise de cada UGC do segmento de negócio. O Conselho de Administração determina a margem bruta orçada com base na performance passada e nas suas expectativas para o desenvolvimento do mercado. A taxa de crescimento média ponderada utilizada é consistente com as previsões incluídas nos relatórios do sector. As taxas de desconto utilizadas são antes de impostos e reflectem riscos específicos relacionados com os segmentos relevantes.

10. ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Activos Financeiros disponíveis para venda

	<u>Jun-07</u>	<u>Dez-06</u>
Adiantamentos por conta de Investimentos Financeiros (1)	172.085	3.190.712
Outros activos financeiros	264.000	264.000
	-	-
	436.085	3.454.712
Perdas de imparidade acumuladas (1)	-	1.870.000
	436.085	1.584.712

(1) A variação resulta da venda do activo financeiro de uma sociedade que explora um conjunto de restaurantes em Espanha, cuja negociação ficou concluída no decurso do primeiro semestre do ano, tendo o valor de venda correspondido ao valor líquido contabilístico da participação.

O grupo segue a orientação da IAS 39 (revista em 2004) na determinação da imparidade permanente dos investimentos, a qual requer que o grupo avalie, entre outros factores, a duração e em que medida o justo valor de um investimento é inferior ao seu custo e a saúde financeira e perspectivas de negócio para a participada, incluindo factores tais como a performance da indústria e do sector, alterações tecnológicas e fluxos de caixa operacionais e de financiamento.

11. OUTROS ACTIVOS NÃO CORRENTES

O detalhe dos outros activos não correntes em 30 de Junho de 2007 e 31 de Dezembro de 2006, é o seguinte:

	<u>Jun-07</u>	<u>Dez-06</u>
Clientes e outros devedores (1)	688.128	677.631
Outros activos não correntes	688.128	677.631
Perdas de imparidade acumuladas	-	-
	688.128	677.631

(1) saldo decorrente de depósitos e fianças constituídos em Espanha.

12. EXISTÊNCIAS

Em 30 de Junho de 2007 e 31 de Dezembro de 2006 o detalhe das existências do grupo era o seguinte:

	<u>Jun-07</u>	<u>Dez-06</u>
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	3.417.025	3.477.529
Mercadorias	129.101	133.589
	<u>3.546.126</u>	<u>3.611.118</u>
Perdas de imparidade acumuladas	<u>74.981</u>	<u>74.981</u>
Existências líquidas	<u>3.471.145</u>	<u>3.536.137</u>

13. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Em 30 de Junho de 2007 e de 31 de Dezembro de 2006 o detalhe de caixa e equivalentes de caixa era o seguinte:

	<u>Jun-07</u>	<u>Dez-06</u>
Numerário	844.054	424.933
Depósitos bancários	5.633.877	3.992.639
Aplicações de tesouraria	<u>906.060</u>	<u>1.997.268</u>
Caixa e equivalentes de caixa no balanço	7.383.991	6.414.840
Descobertos bancários	20.923.051	36.030.691
	<u>-13.539.060</u>	<u>-29.615.851</u>
Caixa e equivalentes de caixa na demonstração de fluxos de caixa	<u>-13.539.060</u>	<u>-29.615.851</u>

Em descobertos bancários estão considerados os saldos credores de contas correntes com instituições financeiras, incluídos no balanço na rubrica de empréstimos bancários.

14. OUTROS ACTIVOS CORRENTES

O detalhe dos outros activos correntes em 30 de Junho de 2007 e 31 de Dezembro de 2006, é o seguinte:

	<u>Jun-07</u>	<u>Dez-06</u>
Clientes	4.772.949	4.122.762
Estado e outros entes públicos (1)	1.962.890	3.840.219
Outros devedores (2)	2.731.396	4.983.223
Adiantamentos a fornecedores	20.761	14.485
Acréscimos de proveitos	1.432.257	863.858
Custos diferidos (3)	<u>2.093.130</u>	<u>1.759.622</u>
Outros activos correntes	<u>13.013.383</u>	<u>15.584.169</u>
Perdas de imparidade acumuladas	<u>665.943</u>	<u>641.403</u>
	<u>12.347.440</u>	<u>14.942.766</u>

(1) saldo decorrente, essencialmente, dos valores de Iva a recuperar.

(2) A conta outros devedores decompõe-se pelas seguintes rubricas:

	<u>Jun-07</u>	<u>Dez-06</u>
Adiantamentos (a)	121.821	200.082
Venda de activos financeiros (b)	-	2.493.989
Outros	2.609.575	2.289.152
	<u>2.731.396</u>	<u>4.983.223</u>

(a) saldo decorrente do pagamento efectuado com a celebração de um contrato promessa de compra de uma participação, cuja revogação foi acordada no final de 2005 e formalizada em 01 de Agosto de 2006.

(b) incluía, essencialmente, o valor da dívida com a Maestro, filial entretanto adquirida no 1º Semestre de 2007

(3) Detalhe da rubrica custos diferidos:

	<u>Jun-07</u>	<u>Dez-06</u>
Rendas e condomínios	1.093.111	1.109.625
Fornecimento e serviços externos	582.102	365.983
Outros	417.917	284.014
	<u>2.093.130</u>	<u>1.759.622</u>

15. CAPITAL SOCIAL

Em 30 de Junho de 2007, o capital social, integralmente subscrito e realizado, está representado por 20.000.000 acções ao portador com o valor nominal unitário de 1 euro.

A empresa adquiriu 11.000 acções próprias através da compra na Euronext no 1º semestre de 2007. O montante pago para aquisição das acções foi de 107.540 € e foi deduzido ao capital próprio. As acções estão subordinadas ao regime fixado para as acções próprias que determina que os respectivos direitos de voto e patrimoniais estão suspensos enquanto se mantiverem na titularidade do grupo, sem prejuízo de poderem ser objecto de venda.

No decurso do primeiro semestre do ano, a empresa procedeu à venda de 11.950 acções próprias na Euronext pelo montante de 126.560 euros.

No final do exercício a sociedade detinha 1.761.859 acções próprias adquiridos por 8.508.125 euros.

O montante de reservas indisponíveis do grupo, diz respeito às reservas legais e é de 4.000.001 euros e a 8.508.125 de outras reservas, respeitantes às acções próprias detidas pelo grupo.

16. EMPRÉSTIMOS

Em 30 de Junho de 2007 e 31 de Dezembro de 2006 os empréstimos correntes e não correntes tinham o seguinte detalhe:

Não corrente	<u>Jun-07</u>	<u>Dez-06</u>
Empréstimos bancários	25.445.495	33.145.556
	<u>25.445.495</u>	<u>33.145.556</u>

Corrente	Jun-07	Dez-06
Descobertos bancários	20.923.051	36.030.691
Empréstimos bancários	27.408.487	11.114.268
	48.331.538	47.144.959
Total empréstimos	73.777.033	80.290.514
Taxa de juro média	4,9%	4,1%

Edifícios e Outras Construções no valor de 8.704.360 € (8.704.360 em 2006) estão dados em garantia de empréstimos bancários (Nota 25).

A maturidade dos empréstimos não correntes é a seguinte:

	Jun-07	Dez-06
entre 1 e 2 anos (1)	23.941.565	29.782.490
entre 2 e 5 anos	1.483.097	2.869.355
> 5 anos	20.834	493.710
	25.445.495	33.145.556

No final do semestre, o passivo corrente ascende a 92 milhões de euros, face aos 23 milhões de activo corrente. Este desequilíbrio é, em parte uma característica financeira deste negócio, noutra deve-se à opção pela utilização de dívidas de curto prazo para financiamento de investimento. Até ao final do ano, a sociedade continuará a desenvolver operações no sentido da consolidação da dívida bancária de curto prazo.

17. IMPOSTOS DIFERIDOS

17.1. Impostos diferidos passivos

O detalhe dos impostos diferidos passivos em 30 de Junho de 2007 e 31 de Dezembro de 2006, de acordo com as diferenças temporárias que os geraram, é o seguinte:

Impostos diferidos passivos	Jun-07	Dez-06
Homogeneização de amortizações	8.544.844	8.088.400
Perdas por imparidade de activos	-1.439.146	-1.557.100
Anulação de imobilizações incorpóreas	-177.930	-142.728
Anulação de menos-valias fiscais pela venda imobilizado I/G	312.909	312.909
Imposto do exercício Vidisco e Lurca	11.828	11.828
	7.252.505	6.713.309

17.2. Impostos diferidos activos

O detalhe dos activos por impostos diferidos em 30 de Junho de 2007 e 31 de Dezembro de 2006, de acordo com as diferenças temporárias que os geraram, é o seguinte:

Impostos diferidos activos	Jun-07	Dez-06
Prejuízos fiscais reportáveis	1.709.619	1.520.232
	1.709.619	1.520.232

O Grupo não reconheceu, por razões de prudência, impostos diferidos activos no valor de 1.060.645 referentes a prejuízos fiscais de 4.245.222 que podem ser deduzidos aos lucros tributáveis futuros.

SALDO DE REPORTE FISCALIS POR ANO LIMITE DE UTILIZAÇÃO (após utilização em 31-12-2006) (*)									
2008	2009	2010	2011	2012	2013	2011/2020	2012/2021	2013/2022	TOTAL
2.239.433	914.189	728.897	988.432	1.361.426	2.005.290	669.456	1.398.713	564.844	10.870.679

(*) Empresas Portuguesas: 6 anos
Empresas Espanholas: 15 anos

18. PROVISÕES PARA RISCOS E ENCARGOS

As provisões para riscos e encargos no montante de 187.699 euros não sofreram alterações no período e destinam-se à cobertura de riscos com processos judiciais e a prémios mensais por reforma antecipada dos trabalhadores, na filial Lurca.

Na filial Lurca, o montante do prémio mensal é calculada de acordo com o salário base mais complementos salariais do trabalhador à data da reforma. A provisão foi calculada em função da idade média de todos os funcionários activos da empresa e a permanência média da mesma. Durante o primeiro semestre do ano de 2007, não houve lugar a qualquer contribuição, sendo que o valor actual da responsabilidade é superior à provisão em 120 mil euros.

19. OUTROS PASSIVOS NÃO CORRENTES

Em 30 de Junho de 2007 e 31 de Dezembro de 2006 a rubrica “Outros passivos não correntes” pode ser detalhada como segue:

	<u>Jun-07</u>	<u>Dez-06</u>
Fornecedores locação financeira	2.739.410	2.696.473
Outros credores (1)	<u>1.345.377</u>	<u>1.831.495</u>
	<u>4.084.787</u>	<u>4.527.968</u>

(1) inclui um valor de 735.624, referente à dívida pela compra da Vidisco, 157.121 referente ao valor ainda em dívida da compra da sociedade que detinha a concessão da Pizza Hut da Foz e 382.000 referente ao valor em dívida pelos empréstimos da Nova Gala à sua participada QRM, SA.

Os Passivos de Locações Financeiras podem ser apresentados da seguinte forma:

	<u>Jun-07</u>	<u>Dez-06</u>
Capital em dívida:		
Até 1 ano	2.127.697	1.790.954
Mais de 1 ano e até 5 anos	2.739.410	2.696.473
	<u>4.867.107</u>	<u>4.487.428</u>

20. CONTAS A PAGAR A FORNECEDORES E ACRÉSCIMOS DE CUSTOS

	<u>Jun-07</u>	<u>Dez-06</u>
Fornecedores c/c	18.284.781	21.075.935
Fornecedores - Facturas em recepção e conferência	679.429	504.567
Fornecedores de imobilizado c/c	2.469.782	1.895.157
Fornecedores imobilizado - inv.financeiros (1)	792.107	86.309
Fornecedores locação financeira	<u>2.127.697</u>	<u>1.790.954</u>
Total contas a pagar a fornecedores	<u>24.353.796</u>	<u>25.352.922</u>

	<u>Jun-07</u>	<u>Dez-06</u>
Acréscimos de custos - Seguros a liquidar	51.940	62.410
Acréscimos de custos - Remunerações a liquidar	5.149.475	3.978.058
Acréscimos de custos - Prémios	815.006	585.626
Acréscimos de custos - Juros a liquidar	548.162	364.669
Acréscimos de custos - Fornec.Serviços Externos	1.315.950	1.335.560
Acréscimos de custos - Outros	<u>510.575</u>	<u>81.935</u>
Total acréscimos de custos	<u>8.391.108</u>	<u>6.408.258</u>
Total contas a pagar a fornec. e acréscimos de custos	<u>32.744.903</u>	<u>31.761.180</u>

(1) inclui um valor de 200.000, referente à dívida pela compra da nova filial Zarapiam, SA, empresa sediada em Madrid, 532.063 referente ao valor ainda em dívida da compra da filial José Silva Carvalho Catering, SA, e 60.044 pela compra da nova filial Maestro, SA.

21. OUTROS PASSIVOS CORRENTES

Em 30 de Junho de 2007 e 31 de Dezembro de 2006 a rubrica "Outros passivos correntes" pode ser detalhada como segue:

	<u>Jun-07</u>	<u>Dez-06</u>
Outros credores	2.219.884	1.420.105
Estado e outros entes públicos	4.491.593	3.793.650
Proveitos diferidos (1)	<u>4.322.831</u>	<u>2.849.182</u>
	<u>11.034.308</u>	<u>8.062.937</u>

(1) Na rubrica Proveitos Diferidos estão incluídos os seguintes valores:

	<u>Jun-07</u>	<u>Dez-06</u>
Contratos com fornecedores (1)	4.009.037	2.565.134
Direitos de franquias	153.664	138.377
Resultado lease-back	55.535	75.135
Subsidio para investimento	9.964	11.816
Outros	<u>94.631</u>	<u>58.721</u>
	<u>4.322.831</u>	<u>2.849.182</u>

(1) O valor dos contratos com fornecedores corresponde a receitas obtidas dos fornecedores em 2007 e respeitantes a exercícios seguintes.

22. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos no exercício findo em 30 de Junho de 2007 e 2006 são detalhados como segue:

	<u>Jun-07</u>	<u>Jun-06</u>
Imposto corrente	1.377.358	583.875
Imposto diferido (Nota 17)	<u>493.184</u>	<u>1.026.808</u>
	<u>1.870.542</u>	<u>1.610.683</u>

23. RESULTADO POR ACÇÃO

Básico e diluído

O resultado básico por acção é calculado dividindo o lucro atribuível aos accionistas, pelo número médio ponderado de acções ordinárias emitidas durante o período, excluindo as acções ordinárias adquiridas pela empresa e detidas como acções próprias (Nota 15).

	<u>Jun-07</u>	<u>Dez-06</u>
Lucro atribuível aos detentores do capital	<u>4.910.233</u>	<u>10.865.925</u>
Número médio ponderado das acções ordinárias emitidas	20.000.000	20.000.000
Número médio ponderado de acções próprias	-1.762.176	-1.604.609
	<u>18.237.824</u>	<u>18.395.391</u>
Resultado básico por acção (€ por acção)	<u>0,27</u>	<u>0,59</u>
Resultado diluído por acção (€ por acção)	<u>0,27</u>	<u>0,59</u>
Número acções próprias no final do exercício	<u>1.761.859</u>	<u>1.762.809</u>

Dado não haver direitos de voto potenciais, o resultado básico por acção é igual ao resultado diluído por acção.

24. DIVIDENDOS

Na Assembleia Geral Anual de 20 de Abril de 2007 foram atribuídos dividendos ilíquidos de 0,055 euros por acção (0,055 euros em 2006), os quais foram pagos em 21 de Maio de 2007 correspondendo a um valor total de 1.003.098 euros (1.013.633 euros em 2006).

25. CONTINGÊNCIAS

O Grupo possui passivos contingentes respeitantes a garantias bancárias e de outra natureza e outras contingências relacionadas com o seu negócio. Não se espera que existam passivos significativos decorrentes dos passivos contingentes.

A 30 de Junho de 2007, as responsabilidades não registadas pelas empresas incluídas na consolidação são constituídas principalmente por garantias bancárias prestadas por sua conta, conforme segue:

	<u>Jun-07</u>	<u>Dez-06</u>
Garantias prestadas	107.686	74.437
Garantias bancárias	2.977.793	3.003.131

Existem ainda na Vidisco e na IBR Imobiliária hipotecas de edifícios no valor de 636.718 e 8.067.642 euros, respectivamente (8.704.360 em 2006), dadas como garantias de empréstimos.

Adicionalmente, em Julho de 2006 foi efectuado um crédito documentário do Totta, com stand-by letter, no montante de 9.759.000 euros para garantia do empréstimo e responsabilidades associadas, do Banco Santander Central Hispano – Madrid, à Lurca

26. COMPROMISSOS

Não existem investimentos contratados na data do Balanço ainda não incorridos.

27. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não existem acontecimentos subsequentes a 30 de Junho de 2007 que possam ter impacto material nas demonstrações financeiras apresentadas.

28. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 17 de Setembro de 2007.

Relatório de Revisão Limitada Elaborado por Auditor Registrado na CMVM sobre a Informação Semestral Consolidada

Introdução

1 Nos termos do Código dos Valores Mobiliários, apresentamos o nosso Relatório de Revisão Limitada sobre a informação consolidada do período de seis meses findo em 30 de Junho de 2007, da **Ibersol, S.G.P.S., S.A.**, incluída: no Relatório de Gestão, no Balanço consolidado (que evidencia um total de 193.123.197 euros e um total de capital próprio de 64.041.961 euros, incluindo um resultado líquido de 4.910.233 euros), na Demonstração consolidada dos resultados por naturezas, na Demonstração consolidada das alterações no capital próprio e na Demonstração consolidada dos fluxos de caixa do período findo naquela data e no correspondente Anexo.

2 As quantias das demonstrações financeiras, bem como as da informação financeira adicional, são as que constam dos registos contabilísticos.

Responsabilidades

3 É da responsabilidade do Conselho de Administração: (a) a preparação de informação financeira consolidada que apresente de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação e o resultado consolidado das suas operações; (b) a informação financeira histórica, preparada de acordo com a Norma Internacional de Contabilidade n.º 34 – Relato Financeiro Intercalar, tal como adoptada na União Europeia e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (c) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados; (d) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e (e) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados.

4 A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva, lícita conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso trabalho.

Ibersol, S.G.P.S., S.A.

Âmbito

5 O trabalho a que procedemos teve como objectivo obter uma segurança moderada quanto a se a informação financeira anteriormente referida não contém distorções materialmente relevantes. O nosso trabalho foi efectuado com base nas Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria emitidas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, planeado de acordo com aquele objectivo, e consistiu, principalmente, em indagações e procedimentos analíticos destinados a rever: (i) a fiabilidade das asserções constantes da informação financeira; (ii) a adequação das políticas contabilísticas adoptadas, tendo em conta as circunstâncias e a consistência da sua aplicação; (iii) a aplicação, ou não, do princípio da continuidade; (iv) a apresentação da informação financeira; e (v) se a informação financeira consolidada é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

6 O nosso trabalho abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do relatório de gestão com os restantes documentos anteriormente referidos.

7 Entendemos que o trabalho efectuado proporciona uma base aceitável para a emissão do presente parecer sobre a informação semestral.

Parecer

8 Com base no trabalho efectuado, o qual foi executado tendo em vista a obtenção de uma segurança moderada, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que a informação financeira consolidada do período de seis meses findo em 30 de Junho de 2007 contém distorções materialmente relevantes que afectem a sua conformidade com a Norma Internacional de Contabilidade n.º 34 – Relato Financeiro Intercalar, tal como adoptada na União Europeia e que não seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Porto, 27 de Setembro de 2007

PricewaterhouseCoopers & Associados, S.R.O.C., Lda.
Inscrita na Comissão de Valores Mobiliários sob o nº 9077
representada por:

Hermínio António Paulos Afonso, R.O.C.